

Os consensos são possíveis, mais difícil é cumpri-los



Manuel Reis Campos

No final da semana passada, ouvimos o Senhor Primeiro Ministro perspetivar os anos de 2020 a 2030, como «uma década de convergência com a União Europeia». É de saudar um tal objetivo, sobretudo tendo presente que a nossa história recente foi feita de uma profunda divergência. Quando outros Países assumiam o investimento público, como um fator essencial para potenciar o crescimento económico, em Portugal o investimento total recuou para níveis de há 30 anos atrás, ou seja, retrocedemos para 1986, ano de adesão à CEE.

É certo que o Portugal de há 30 anos atrás, já não é o mesmo. Desenvolvemo-nos, colmatamos as nossas carências em matéria de infraestruturas e somos hoje um País com potencial para assumir o papel que lhe cabe desempenhar no mundo global onde se insere. Reafirmo, podemos reunir todas as condições para tirar partido do posicionamento geoestratégico de Portugal, enquanto vértice de um triângulo formado pela África, América do Sul e Europa.

Em 2014, sublinhei como facto de extrema importância, a aprovação, por parte do anterior Governo, do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2020, abrangendo os setores ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário-logístico, bem como os transportes públicos de passageiros. Relembre-se que os objetivos estratégicos que presidem a este Plano eram a competitividade e o desenvolvimento sustentável da economia, a coesão social e territorial, a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, e a comportabilidade financeira para os contribuintes, objetivos que se sobrepõem, naturalmente, aos ciclos políticos. Foi por isso natural que, em 2016, o atual Governo tenha assumido o integral cumprimento deste programa, que havia sido objeto de um largo consenso. Porém, a realidade mostra-nos que persiste um grande desfazamento entre a calendarização e a execução do investimento público, que, como já referi, se mantém

em níveis historicamente baixos. O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que estabeleceu as prioridades em matéria de projetos capazes de aumentar a produtividade e de atrair mais e melhor investimento, continuou praticamente sem conhecer quaisquer desenvolvimentos. Tal significa que se é possível estabelecer consensos alargados, mais difícil é cumpri-los.

Por isso, num momento em que se discute um novo ciclo de investimentos a iniciar em 2020, que vêm dar resposta às questões estruturais que sempre defendemos, é essencial colocá-los acima de quaisquer interesses políticos, partidários ou outros. Está em causa a visão de um Portugal de futuro, que aposta no potencial diferenciador das suas cidades e do património edificado, na Reabilitação Urbana, enquanto catalisador do investimento privado, na transição energética para fazer face às alterações climáticas, no desenvolvimento da economia do mar, na excelente inserção do País nas redes e nos mercados globais, na necessidade de desenvolver os territórios de baixa densidade, apostando na floresta e na agricultura. Perante esta visão, assente em domínios tão relevantes e que a todos se impõem, é inevitável que os partidos assumam o seu dever, procurando alcançar bases de entendimento duradouras.

Num contexto em que a Europa aposta nas infraestruturas como estratégia prioritária para o desenvolvimento sustentado e para a competitividade do espaço europeu, também Portugal terá de contar com um verdadeiro pacto de regime, que permita um planeamento e uma calendarização para o futuro e que prevaleça face à indefinição dos ciclos eleitorais. Só desta forma, alcançaremos a tão necessária convergência anunciada pelo Senhor Primeiro Ministro.

Este é, portanto, um desafio que vemos com muito bons olhos e para o qual estamos empenhados em dar o nosso contributo. **Presidente da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário**